



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por Unanimidade

6, 5 2022

ACTA N.º 06/2021-2025

Sessão Ordinária de fevereiro

2.ª Reunião - 04/03/2022

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária - 2.ª reunião da Sessão de Abril - no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: Hugo Filipe Casqueira Coelho; Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário; António José Flor Agostinho; Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves; André Filipe Casqueira Guimarães; Ana Raquel Gomes São Marcos Simões; Pedro Miguel Cristo Graça; Ernesto Manuel Vidal Garrelhas; Cláudia Cristina Fernandes Reigota; Daniela Ribeiro Alegria; António Pedro Oliveira Martins; Diana Catarina Anastácio Gandarinho; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; Modesto Manuel dos Santos.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luis Carlos Cardoso Diamantino; Augusto Manuel da Rocha da Silva; Carlos António das Neves Rocha e João Eduardo Bonito Braga.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal, o eleito Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo foi substituído pela segunda sucedânea na lista de candidaturas do Partido Socialista (PS), Mariana Alvelos Silva; os eleitos José Manuel Figueiredo Pinto Reis e João Pedro Ribau Casqueira foram substituídos pelas candidaturas sucedâneas na lista do Movimento de Cidadãos Independentes 'Unir Para Fazer' (UPF), Rui Manuel da Rocha Rufino e Mariana da Silva Lopes, respetivamente.

O eleito Sérgio Louro (CHEGA) não justificou a sua ausência.

Pela Câmara Municipal de Ílhavo estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço; Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Esta reunião deu continuidade à primeira reunião desta Sessão Ordinária, retomando-se os trabalhos no Ponto 3. da Ordem do Dia:

Ponto 3. Apreciação e votação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021;

Ponto 4. Apreciação e votação da Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) – 17/CP/B/2022;

Ponto 5. Apreciação e votação do plano de Estratégia Local de Habitação;

Ponto 6. Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social;

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta do Grupo Municipal do Chega de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do "Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo".

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação áudio)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (00':55")

«Sejam bem-vindos à segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro. Vou pedir à Sra. Secretária para fazer a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02':52")

«Tive a informação do Sr. Presidente das Câmara que o Sr. Vereador João Semedo vai chegar um pouco mais tarde por causa de um incidente desagradável. Vamos então começar os nossos trabalhos.

Os Srs. Membros receberam, por e-mail, a mensagem ou o texto que foi produzido pela Mesa da Assembleia Municipal, em colaboração com os diversos Grupos e com o Executivo Municipal. Esta Moção de Condenação da Invasão pela Rússia à Ucrânia foi enviada para a Embaixada da Ucrânia em Portugal, assim como para diversas entidades e para a imprensa.

Também agradecer toda a vossa solidariedade a presença na vigília que todos nós organizámos ontem aqui em Ílhavo, e agradecer a colaboração das Juntas de Freguesia que foi importantíssima no transporte dos diversos produtos que foram angariados, e também o apoio da Câmara Municipal pela promoção do evento na rede social Facebook.»

Ponto 3. Apreciação e votação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':20")

«Vamos então retomar os nossos trabalhos no Ponto 3 da Ordem do Dia: "Apreciação e votação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021". Eu começaria por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, mas permitam-me, por favor, dizer que gostaria mais de o ver com o nosso laço. Não que seja o que seja, ou porque foi produzido pela nossa Segunda Secretária, Irene Ribau, mas porque o momento assim o indica.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (05':15")

«Muito obrigado. Boa noite a todos. Esta reunião de hoje, traz aqui cinco pontos importantes e estamos aqui no Ponto 3. O que eu tenho a dizer, relativamente a este ponto, é que a Câmara Municipal, com os seus técnicos, ao elaborar o documento da Revisão percebeu que neste documento, para além dos 4.194.649,52 milhões de euros, teria também a oportunidade de verificar que na reprogramação de alguns dos trabalhos ligados aos Fundos Comunitários - e já tivemos aqui um acréscimo de 400 mil euros nas nossas receitas - e também relativamente aos programas que estão a decorrer de candidaturas aos Fundos Comunitários, nomeadamente as obras do Bairro dos Pescadores, os PAMU, programas para a construção das vias cicláveis da Gafanha de Aquém e da ligação de Ílhavo à Gafanha da Nazaré, também na questão do Jardim Henriqueta Maia, através de uma reprogramação, também sentimos que entraram mais 170 mil euros naquilo que era o valor que nós não tínhamos previsto. Portanto, encontramos nestes valores mais uma relação que existe sempre com os Fundos Comunitários, numa reprogramação que faça entrar mais 5% do valor de todas estas obras, dado que vamos conhecendo, cada vez melhor, o trabalho que está a ser feito e também pela nossa já permanência de quatro meses na Câmara Municipal, também sentimos que podemos, para além de uma revisão do IMT que também veio a subir nos últimos dois meses, face à média dos últimos três anos, ter aqui um impacto novo naquilo que é o IMT e são as receitas dos Fundos. Ciframo-nos, aqui, num valor que anda perto dos 600 mil euros. Para além do saldo de gerência, fizemos esta inclusão. Distribuímos pelos valores as despesas e apresentamos, agora, o documento, aqui na Assembleia, para ser apreciado e votado. É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':49")

«Muito obrigado. Dou, então, abertura ao período de inscrições para as intervenções.»

Cláudia Reigota, UPF: (08':58")

«Boa noite. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Srs. Membros da Mesa da Assembleia. Os meus cumprimentos. Cumprimento, de forma vincada o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e, na sua pessoa, cumprimento as Sras. e os Srs. Vereadores eleitos. Caros colegas eleitos desta Assembleia Municipal, aceitem também os meus cumprimentos.

Um cumprimento diferenciado e sentido aos munícipes presentes nesta sala que se dignaram assistir e acompanhar esta reunião de Assembleia Municipal. Foi por eles e para eles que fomos eleitos.

O Orçamento Municipal trazido a esta Assembleia no passado dia 17 dezembro de 2021 e aprovado por maioria e sem votos contra é, como qualquer Orçamento Municipal, um instrumento fundamental de gestão de toda a atividade da Autarquia; dos projetos estruturantes e da visão que se pode ter, em função dos recursos existentes e da aceitação da sua boa gestão.

É, e passará a ser após a sua aprovação, a "pedra angular" que serve de base a toda e qualquer gestão do Executivo eleito.

A aprovação do Orçamento, com as devidas notas e recomendações vindas de pontos de vista diferentes em termos políticos (que outorga a saúde da nossa democracia) foi elaborado e apresentado, conforme todas e todos tivemos oportunidade de analisar e aprovar, na base da racionalidade e da equidade face às contingências em que vivemos. Não é menos verdade que o calendário legal que obriga a que tal Orçamento tivesse

que ser apresentado e votado foi, por limitação legal, demasiado curto. No entanto, e mesmo condicionado pelo pouco tempo após a tomada de posse do atual Executivo, a sua elaboração foi feita, embora com a prudência orçamental devida, de forma a assegurar as diversas atividades regulares do Município, assumindo esta os compromissos que tem com a cativação de verbas para custos diretos e fixos, não desviando, também, a visão para assumir investimentos novos.

Penso que esta visão é, e foi, acompanhada pelos eleitos das várias sensibilidades políticas eleitas nesta Assembleia; facto e prova disso mesmo é a realidade do Orçamento ter sido aprovado por maioria e sem votos contra.

Deste facto, e por este facto, dou os parabéns ao sr. Presidente da Câmara João Campolargo, sentimento que é extensível a toda a sua equipa.

É confiando e estando pela positiva que este Município de Ílhavo, como dizia o poeta, “pula e avança”!

Chegados aqui, a obrigatoriedade (diria mais, a imposição) legal de integrar o saldo de gerência dos Fluxos de Caixa que transitam de 2021 e no respeito pelos trâmites legais, além de outras possíveis receitas extraordinárias advindas da dinâmica social, turístico, comercial e industrial deste concelho que possam vir a reforçar o Orçamento por forma a eventualmente alavancar projetos que, se tal não acontecesse, teriam que aguardar mais algum tempo para a sua concretização.

Os tempos conturbados que presentemente vivemos trazem incertezas e provavelmente, como se diz na nossa gíria Ilhavenses, borrasca financeira que urge controlar. E tal só é possível com uma gestão atenta, cuidada, prudente, mas em simultâneo com visão para o futuro. E sei que este Executivo tem estes predicados de gestão.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Ilhavenses votaram, como todos sabemos, num Movimento de mudança. E não se enganaram, como já ouvi dizer nesta nobre sala; o povo, quando vota, nunca se engana! Os votados é que têm a superior obrigação de compreender e aceitar o sufrágio emanado das urnas da democracia.

Atenta à proposta apresentada e sujeita a sufrágio nesta Assembleia da 1ª Revisão do Orçamento, pelos valores previsionais e certos que dela emanam, proposta esta que permite, também, a 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano com toda a sua cabimentação financeira permitem-me, em consciência e com assertividade, votar favoravelmente as propostas apresentadas quando o Sr. Presidente desta Assembleia as submeter à votação.

Aquando da votação não mencionarei qualquer declaração de voto. No entanto, e antevendo a lucidez dos senhores eleitos da Assembleia, deixo os meus parabéns ao executivo da Câmara Municipal pela clareza e assertividade nas Propostas ora apresentadas a esta Assembleia Municipal. Tenho dito. Obrigada.»

Ana Raquel São Marcos, UPF: (14':39")

«Boa noite, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao restante Executivo. Colegas Eleitos. Público aqui presente. Desde o momento da discussão do Orçamento, que a minha colega Cláudia já falou no início, chamou-se a atenção para a importância de encontrarmos um balanço entre a despesa e a receita. Aliás, já houve discussão, em Assembleias anteriores, sobre este assunto. Esta relação e procura de equilíbrio sabemos nós que são uma constante para os municípios e no momento em que apreciamos a revisão do Orçamento, notamos logo a movimentação das verbas já referidas pelo Sr. Presidente, como a incorporação do saldo de gerência, a introdução de um valor avultado, em termos de IMT. Queríamos chamar a atenção de que é, de facto, através desta incorporação de verbas que se consegue fazer a manutenção de um conjunto de despesas em áreas como a educação, a cultura ou para promover a manutenção de espaços e equipamentos, como também

já vimos referido - o ar condicionado, a cobertura do Museu ou a cobertura da Fábrica das Ideias - obras para as quais fomos alertados em Assembleias anteriores. É através, também, da incorporação deste saldo de gerência que, felizmente, se conseguem respeitar os Protocolos com as Juntas de Freguesia ou fazer face a montantes adstritos ao apelo do movimento Associativo a que o Executivo também se comprometeu. É também com estas verbas que se consegue realizar alguns dos eventos que não aconteceriam se estes montantes não existissem.

Neste ajuste orçamental, face à situação económica em que atualmente vivemos, uma situação pós-pandemia, ainda durante pandemia, com o aumento do custo a vários níveis, com uma maior fragilidade social mas ainda com uma necessidade de fazer face a uma maior instabilidade advinda da crise que estamos a viver - política, bélica e, desde logo, uma crise humanitária, social, económica - notamos que não se pode descurar um aumento das despesas relacionadas com o aumento do custo da mão-de-obra, das matérias-primas, da inflação, do acréscimo de despesas em termos do tratamento do lixo, RSU, a fatura elétrica ou os combustíveis, como, aliás, assistimos nestes últimos dias.

Por isso, depois destas nossas palavras, a pergunta que deixamos para todos refletirmos é esta: como encontrarmos, de facto, mais receita para a manutenção do aumento destas despesas e como fazer um controlo mais efetivo das despesas, mesmo dentro da própria Câmara Municipal? Por exemplo, sabermos quais os custos efetivos de manutenção de cada Divisão. Esta a ser equacionado? Ou mais em particular, de cada evento específico? Pedíamos este esclarecimento, se possível. Obrigada.»

Flor Agostinho, UPF: (17:36")

«Boa noite a todos. Sr. Presidente, permita-me que, em dois minutos, agradeça o ato de ontem, felicite a Mesa pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido, que foi excelente - como sabemos, foi reconhecido - e demonstrar, aqui, a minha satisfação porque, ontem, aquele momento, para mim, tocou-me. Não está em causa a população de um país que é a Rússia, está em causa um homem que é um prepotente, que vive em sobrançeria, cultiva a personalidade pessoal, é um ditador e mereceria tudo aquilo que todos nós pensamos que merece, mas que, infelizmente, parece que é impossível que se concretize. E é contra isto que nós lutamos e é contra isto que, certamente, a Mesa pensou, é contra este tipo de personalidades que nós não desejamos ver numa democracia. Ontem tive a oportunidade de estar num evento em que participou o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia e o tema que ele traçou começou com uma frase muito relevante: "o conhecimento é o pilar da democracia". Tenho de lhe tirar o chapéu, fazer honras ao Ministro, porque efetivamente é o conhecimento, a transparência, é nós dizermos à população ao que viemos, ao que queremos e ao que desejamos com transparência e com franqueza. Era, estes os dois minutos que eu tinha pedido.

Relativamente ao saldo, dizer, na continuação da minha intervenção anterior, na última Assembleia, nós tínhamos dito que íamos terminar o mandato em 2021 com um saldo significativo e também tínhamos dito que íamos reduzir, substancialmente, a dívida bancária. Efetivamente, o Executivo anterior deixou-nos uma rica herança. Deixou-nos um saldo de cerca de 4 milhões de euros que transitam para este ano. Esse saldo, como todos sabemos, vai permitir incrementar e reforçar alguma das rúbricas que possam estar, eventualmente, com alguma escassez; vai procurar estabilizar outras que seria necessário reforçar face a alguns desenvolvimentos atuais; e irá permitir executar o Orçamento, tal e qual como estava previsto na aprovação que aqui fizemos. Este saldo permite-nos ainda ter uma situação financeira de excelência porque eu penso que nunca esta Câmara transitou com um saldo tão elevado, e que proporciona a possibilidade de haver bons desempenhos no futuro, por parte do Executivo, certamente sem grandes sobressaltos financeiros. E certamente vai ainda possibilitar a não recorrência a

qualquer tipo de empréstimo, já que, com este valor significativo, e já que as obras estão mais ou menos controladas financeiramente. É de reconhecer o saldo, é de reconhecer o desempenho do Executivo anterior.

Era só isto que eu vos queria dizer. Como parece óbvio, iremos aprovar porque este saldo deve-se ao mandato anterior e não praticamente a um mês ou mês e meio do Executivo atual.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21':40")

«Muito obrigado. Obrigado pelas palavras relativamente à iniciativa de ontem. Sr. Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (21':55")

«Obrigado, Sr. Presidente. Tudo o que foi dito, acredito que foi trabalhado e pensado para que hoje, e aqui, pelo que já percebi, tenhamos uma aprovação da nossa revisão orçamental.

Mas é importante, também, dizer duas ou três coisas.

Relativamente ao que são as heranças, as ricas, heranças, eu não posso estar de acordo com isso, porque o condicionamento que o nosso Orçamento tem a ver com dois anos de pandemia em que já tínhamos tido um saldo de gerência a rondar os dois milhões de euros e seiscentos mil, em que tínhamos quase 85% na rúbrica das receitas. É evidente que o saldo de gerência deste ano contabilizou-se, nos últimos dois meses, com um salto grande. Nós, quando chegámos à Câmara, tínhamos algum receio de que aquilo que eram as receitas previstas não chegassem aos 85%, e teríamos que fazer aqui o que se fazia em anos anteriores para atingir aquilo que são as regras do equilíbrio orçamental. Não tivemos que fazer face a essas... bem, diria, a utilização do recurso financeiro necessário para que a regra do equilíbrio orçamental se verificasse este ano. Temíamos isso. Não aconteceu. Ainda bem que tivemos aqui algumas receitas, que teremos depois a oportunidade de avaliar em abril, e que deram este impulso ao saldo que transitou para este ano. Mas este saldo está completamente colocado, desde logo, na mão dos nossos contribuintes, porque são investimentos que estão feitos para os próximos anos. Um investimento de 5,5 milhões de euros para a Gafanha da Encarnação, na zona norte. Quem esteve na apresentação, no dia 28, da nova obra do saneamento, constatou isso. Temos um saldo de 4,194 milhões e temos aqui 900 dias de obra. Vamos ver, agora, se a Câmara consegue ter as receitas para continuar a fazer face a todos os investimentos que fez no passado.

O grande objetivo que nós temos, e tenho que acreditar nos parlamentares que já falaram na nossa Assembleia, que pensaram nisso - e disse muito bem a Raquel - o aumento dos custos da mão-de-obra, aquilo que são os valores que poderão chegar a 300 mil euros nos lixos, se nós todos não tivermos uma política de gestão dos lixos correta, em termos de separação - aquilo que poderá ir para o contentor verde, para não especificar hoje, aqui, o azul, o amarelo e o castanho para que é que servem - é um aumento muito grande, face àquilo que nós estaríamos à espera. Os custos de energia, que podem ter um aumento de 900 mil euros, que o nosso Orçamento vai ter que responder. E não é com este saldo de gerência, é mais com as receitas deste ano, do que propriamente com o saldo de gerência porque esse já está quase devidamente cabimentado no Orçamento seguinte, até porque a obra da nossa Extensão de Saúde da Gafanha da Encarnação já devia ter arrancado e arrancou só este ano; ou a obra do Pavilhão da Gafanha do Carmo, que já devia ter arrancado, vai arrancar só no mês de abril; a obra do saneamento já devia ter arrancado, arrancou só agora; a obra de

saneamento PAR200 já devia ter terminado, acabou só agora. E, portanto, todas estas coisas fazem com que, realmente, a Câmara, por obrigação do seu Orçamento, tivesse que ter cabimentado as obras para fazer face à sua despesa - a partir do momento que a obra arranca, terá uma despesa a suportar todos os meses - e serve para resultado do Saldo de Gerência. É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (26':08")

«Muito obrigado. Abria agora as inscrições para a sua ronda de intervenções.»

Pedro Martins, PS: (26':28")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. A minha vinda aqui, ao púlpito, é apenas para trazer aqui alguma história - que é interessante - sobre a forma como se interpretam estes saldos de gerência.

Eu recordo-me que, durante muitos anos, os nossos amigos do PSD criticavam o facto de uma Câmara Municipal, liderada pelo PS, ter deixado a tal herança boa, penso que à época seriam 500 mil contos, o que representaria hoje cerca de 2,5 milhões de euros. Os números seriam à volta disso. Os nossos amigos do PSD criticavam o facto desse dinheiro não ser gasto em investimento, em obra, em não se fazer nada, e de transitar sem ser utilizado.

Passados mais de vinte anos, o PSD diz que isto, agora, é uma herança boa, é uma herança positiva. Bom, e é uma herança, antes isto que dívidas incomportáveis, ingeríveis, etc. De acordo, a gestão de uma Câmara tem que ser prudential, mas os fundos, o dinheiro, tem que ser colocado pela via do investimento e nos serviços que se prestam, tem que ser colocado ao serviço dos Municípios.

De maneira que eu venho aqui só para sublinhar este aspeto. Transitar um saldo, de um ano para o outro, de 4,5 milhões de euros, apesar da gestão prudential, parece-me um exagero. E será, eventualmente, sintoma de alguma falta de ousadia ou de alguma falta de investimento - também não vale a penas estar agora, aqui, a esmiuçar o passado, temos é que olhar para o futuro - mas pode ser um sintoma disso. E pode até ser a razão porque razão o eleitorado, se calhar, decidiu mudar de rumo e optar por votar em outras soluções.

Queremos acreditar que gestão prudential, sim. Mas que daqui a um ano não tenhamos um saldo de gerência outra vez de 4 milhões, porque pensamos que isso não faz sentido nenhum. No plano atual das coisas, apesar do momento em que vivemos - num ano, nós não sabemos o que é que vai acontecer, estamos a iniciar março, mas não sabemos o que é que o ano nos vai trazer. Mais uma razão, é certo, para termos uma gestão prudential, mas talvez seja um exagero deixar, de um ano para o outro, um valor tão substancial, que foi guardar nos cofres em vez de ser colocado na economia. Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (30':13")

«Muito obrigado, Sr. Presidente.

Admitindo que, agora, não teria aqui nenhuma questão, nem nenhuma resposta, queria só acrescentar uma coisa importante. Também temos aqui um efeito, que reconhecemos no Orçamento de 2021, que foi o reflexo de toda a evolução do trabalho, dos últimos dois anos, em termos de recurso aos fundos comunitários para execução das obras. Com o fecho das obras, houve, perante a média de 2019 e 2020, que tinha uma média de 1,255 milhões de receitas de Fundos, passámos a ter, no ano de 2020

para 2021, um aumento de 2,291 milhões de euros. O que quer dizer que a pandemia retardou todas essas obras, o que resultou nesse efeito. Espero que esse efeito também aconteça em 2022, porque, se não, teremos que repensar tudo isso, e, se calhar, não poderei concordar com um membro do PSD quando fala "longe dos empréstimos". Mas nós teremos que falar, mais à frente, sobre isso, porque parece-me que a sua gestão é muito otimista face aos tempos que estamos a viver.

Parece-me que as duas bancadas também referiram isso, mas temos que ter mesmo muita prudência. Sabemos hoje qual é o custo médio do metro quadrado de construção, sabemos as obras que estão a ser abandonadas pelas pessoas, e quando recorremos para nos darem algumas informações e orçamentos, dizem-nos que "não sabem qual o custo da mão-de-obra que vão ter amanhã, ou dos materiais". Espero que todos aqueles que estão preparados para realizar as obras no Município, consigam cumprir aquilo que já está fechado.

Só uma nota muito simples. Debatemo-nos já, hoje, aqui na Câmara Municipal - ou até, nas nossas Forças Policiais - com uma grave falta de recurso para o papel as nossas fotocopiadoras. Está a ser um problema ao mercado a existência de papel branco, seja ele de qualquer tipo, ou mesmo reciclado, e de fornecerem e garantirem um preço, no mínimo e se houver, para 24 horas e não mais. Não sei a escalada de preços que vai levar isto tudo, e volto ao que disse na apresentação do Orçamento. Espero que o processo de desmaterialização na Câmara corra o mais rápido possível. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':23")

«Muito obrigado. Vamos então proceder à votação do Ponto 3 da Ordem do Dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?»

A Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021 foi aprovada por **maioria**, com 18 votos a favor, zero votos contra e 6 abstenções.

Ponto 4. Apreciação e votação da Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) – 17/CP/B/2022.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':18")

«Vamos então passar ao Ponto 4. "Apreciação e votação da Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) - 17/CP/B/2022. Começo por dar a palavra ao Sr. Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (33':32")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Já trouxemos um documento muito idêntico a este na outra Assembleia. O problema é que estão a ficar desertos estes concursos. O Acordo-Quadro da CIRA, quem o conseguiu fazer em tempo real já poderá estar a viver em

sobressalto, porque não sabemos os custos da energia ou se as empresas vão roer ainda o processo. Estamos como muitas Câmaras neste processo. Este processo tem que vir, aqui, à Assembleia Municipal. requeria a vossa opinião e a vossa votação. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (34':08")

«Muito obrigado. Abria então as inscrições. Não há inscrições. Muito bem. Não sei se o Sr. Presidente quer tecer mais algum comentário. Não?! Vamos então proceder à aprovação e votação do Ponto 4 da Ordem do Dia.»

A Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) – 17/CP/B/2022 foi aprovada por **unanimidade**, com 24 votos a favor.

Ponto 5. Apreciação e votação do Plano de Estratégia Local de Habitação.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (34':08")

«Vamos passar para o Ponto 5, "Apreciação e votação do Plano de Estratégia Local de Habitação". Dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (35':03")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou dar a palavra à minha Vereadora, Mariana Ramos.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (35':15")

«Boa noite, Sr. Presidente. Membros da Mesa. A todos os Autarcas eleitos aqui presentes. Ao público.

Relativamente ao Ponto 5, no que concerne à Estratégia Local de Habitação, como podem ter tido acesso ao documento, elaborado, em conjunto, entre a Câmara Municipal e pela empresa "Lugar do Plano", este documento traduz aquele que é o diagnóstico e execução, do ponto de vista habitacional, no que concerne a uma das novas políticas habitacionais, que é o "1.º Direito". Neste sentido, neste documento existe um diagnóstico do ponto de vista demográfico. E existe, também, um levantamento exaustivo por parte de agregados habitacionais que se enquadram nesta elegibilidade para acesso ao "1.º Direito". Tendo em conta este trabalho que foi feito, através dos serviços, quer da Câmara Municipal, quer com a intervenção das IPSS e das entidades que, de certa forma, têm este trabalho de proximidade com estas famílias que vivem em condições menos dignas. Neste sentido, este documento existe para que todos possamos refletir naquela que é a proposta, aqui apresentada, relativamente às soluções dos agregados que foram identificados.

Muito provavelmente haverá mais agregados habitacionais nessas condições, no entanto, estes foram aqueles que foram identificados, quer pelas equipas técnicas, como já referi, do Município, quer pelas entidades que colaboraram neste levantamento de existências e de necessidades. Obrigada.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (37':42")

«É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (37':45")

«Muito obrigado, Sra. Vereadora. Vamos abrir, então, as inscrições para as intervenções.»

Diana Gandarinho, PS: (38':22")

«Boa noite aos Digníssimos presentes. Já que, aparentemente, se tem por hábito criticar os documentos apresentados, que queria parabenizar a componente de diagnóstico apresentada neste documento, pois ela permite identificar, com clareza, a situação local em matéria de habitação. Além disso, ainda permite sinalizar algumas outras questões de relevância social, que podem, perfeitamente, ser alvo de intervenção no Município que se quer em desenvolvimento.

O Partido Socialista, no Governo, focou-se na criação de medidas que priorizam o direito à habitação digna para todos e capacitam os Municípios para o efeito. Neste sentido, o Executivo criou a Estratégia Local de Habitação de Ílhavo, que apresenta um Plano de resposta prioritária a cerca de 150 agregados familiares identificados, e ainda considera, e bem, a integração de novas identificações no decurso dos trabalhos.

No entanto, a realidade que estamos a viver apresenta problemáticas que ficaram por responder, neste Plano.

Ainda que limitado por dados, eventualmente, desfasados da realidade, o diagnóstico até identificou estas problemáticas, só que, na prática, limitou-se à planificação das situações mais prioritárias. O que está aqui em questão é que o mercado imobiliário é, cada vez mais, inacessível à classe média e esta não é elegível ao acesso à habitação social. Para defender o direito à habitação digna para todos, que é o que se pretende com o "1.º Direito", seria essencial e urgente criar uma política de habitação dirigida a esta classe.

Mais... de acordo com o diagnóstico, existem cerca de 2.800 habitações sobrelotadas em Ílhavo, o que também o "1.º Direito" se configura como uma situação indigna para habitação. É essencial avançar neste sentido, planear uma articulação com a iniciativa privada, o recurso a diversas formas de financiamento que o Plano não considerou, sob pena de se perderem oportunidades de captação de investimento para o Município.

Tivesse o Executivo promovido o diálogo com os partidos da oposição, certamente que a estratégia hoje, aqui, apresentada seria mais ambiciosa neste aspeto na resposta a estes problemas elencados, que foram identificados pelo diagnóstico, mas que ficaram em suspenso.

Bem sabemos que este Executivo tem apenas quatro meses de vida, apanha a última carruagem do comboio da habitação por culpa de outrem, mas o tempo que tem para responder a estes problemas não está, de facto, à mercê dos ritmos de aprendizagem, nem à falta de visão da importância de um trabalho articulado com alguns partidos da oposição.

Por isso, volto a reforçar, hoje, planear é executar resposta para que não se percam estas oportunidades de investimento, e que se garanta habitação digna a quem não a tem. Obrigada.»

Pedro Martins, PS: (41':37")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Duas ou três palavras sobre este ponto, subscrevendo aquilo que foi dito pela Diana.

Fico satisfeito pelo facto da Vereadora Mariana Ramos ter reconhecido que há questões graves que não constam do diagnóstico.

Nestes diagnósticos, sabemos sempre que há algumas limitações no acesso à informação e as IPSS também não sabem tudo, e a Câmara também não saberá tudo, mas tem que fazer esse esforço para se informar e saber que há situações mais graves que não constam do diagnóstico. É a realidade das coisas.

Espero, realmente, que a Câmara esteja atenta a esta realidade, que é uma realidade grave. Eu definiria aqui os tais dois patamares de grave que foram aqui referidos. Ou seja, há, realmente, intervenções urgentes, situações de extrema carência habitacional, mas também há todo um conjunto de situações que se têm de colocado, de alguns anos a esta parte, por força do mercado e que exigem que os municípios, como no Município de Ílhavo, intervenham para, de certa forma, regular o mercado. Nós vivemos numa economia livre, mas os Municípios podem, recorrendo às fontes de financiamento disponíveis, intervir para a regulação do mercado, de forma a assegurar que os nossos casais jovens tenham a possibilidade de viver no nosso Município em condições dignas, tendo encontrado no mercado de arrendamento uma casa com uma renda que possa ser suportada, em função dos rendimentos que tenham. Jovens ou não jovens, já que esta realidade é transversal à comunidade. Ou, inclusivamente, no mercado de compra e venda porque a intervenção não visa apenas regular as rendas, mas visa também o valor dos imóveis destinados à habitação.

Espero que a Câmara tenha isto em atenção, que não se fique pelos problemas candentes, urgentes da carência de habitação, mas que vá mais para além disso.

Ainda no ano passado, antes das eleições, eu sublinhava que a anterior Câmara Municipal tinha deixado para trás esta questão. Já Vagos tinha estratégia aprovada, já Ovar tinha estratégia aprovada e Ílhavo não tinha estratégia aprovada. Claro que o processo estava em andamento, mas só agora é que chegou. A tempo? Esperemos que sim, sendo certo que o tempo para intervir não é muito. Temos aqui um deadline, temos aqui algum tempo, alguns anos, é certo, mas não podemos deixar para daqui a um ano, dois ou três. A Câmara Municipal tem que fazer um esforço para pensar, propor, para ter, realmente, uma estratégia, recorrendo, obviamente, às fontes de financiamento que existem - aliás, na linha do que o Governo tem feito - mas tem que fazer um esforço para que estes passos se deem e que andemos para a frente, porque, se não, não vamos conseguir intervir, como os nossos jovens casais e os nossos munícipes o exigem. Porque, de facto, é uma necessidade que tem que ser acelerada, e nos tempos que correm não é fácil, seja no arrendamento, seja na aquisição de habitação própria.

O anterior Presidente da Câmara chegou a dizer numa Assembleia Municipal, numa das últimas, que quem quiser casa que a faça ou que a compre. Isto foi dito numa Assembleia Municipal. Eu notava, nessa altura, uma certa falta de sensibilidade para esta realidade da habitação. Penso que essa não é a atitude. A Câmara tem que perceber que é uma área que tem necessidades e precisa de ser suprida a bem dos nossos Munícipes. Muito obrigado.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (41':37")

«Boa noite a todos. A Estratégia Local de Habitação aqui apresentada, que foi aprovada por unanimidade, pelos Srs. Vereadores, em reunião de Câmara, teve um ponto de partida que foi o diagnóstico que lhe serviu de base. Este diagnóstico resumiu-se ao enquadramento do "1.º Direito". Segundo diz o diagnóstico "visa garantir as condições de acesso à habitação adequada às pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada". Esta expressão indigna parece-nos que é uma expressão um bocadinho forte, pelo menos com quem tive a oportunidade de partilhar este estudo, para me ajudar - uma pessoa que é assistente social em Aveiro, há mais de 30 anos. E realmente não

gostei muito da expressão. Mas indigna até pode ser uma casa boa, mas a pessoa mora num 1.º andar e está numa cadeira de rodas e não consegue subir, é considerado, neste estudo, como condição indigna. Apesar de ser forte a expressão que se usa, é a expressão que aqui está.

A concretização deste diagnóstico, nos termos em que foi adjudicado, já falámos aqui que foi adjudicado a uma empresa privada, ainda foi, segundo os parâmetros que asseguram a adjudicação e o estudo sobre que se debruçou, foi contratualizado a 21 de setembro de 2021, segundo os contratos públicos online que tive oportunidade de ver. Ou seja, definiu a Estratégia Local de Habitação que vem aqui para nós apreciarmos. No entanto, penso que estamos todos de acordo, que é preferível trabalharmos com esta do que não termos nenhuma. Não percebemos a razão de se ter avançado de forma tão limitada neste diagnóstico. Não sei se não foi por identificação das necessidades que já foram aqui elencadas, e com certeza que falaremos ainda mais sobre isto, mas, honestamente, não consigo perceber a razão. Talvez depois alguém que cá estava nessa altura possa dizer mais alguma coisa. E porque é que nós achamos que deveria ser melhor? Pensamos que podia ser melhor porque falta uma política de construção de novos focos, a preços controlados, com parcerias com privados, promovendo a vinda de mais agregados para o nosso Concelho. Pensamos que podia ser melhor porque falta uma política de construção de imóveis de tipologias mais acessíveis, tipo T1 ou de menores dimensões, possibilitando aos jovens casais, com menos posses, a oportunidade de adquirir o seu próprio espaço. Porque faltou uma política de incentivo à criação e novos focos para serem colocados no mercado de arrendamento, sejam os mesmos públicos ou privados. Eu recordo-vos, nesta situação, que ainda recentemente uma empresa, a Grestel, que anunciava pretender locais onde pudessem obter fogos para potenciar a habitabilidade de pessoas que queriam contratar. Porque faltou uma política mais agressiva da que já existe para a recuperação e imóveis devolutos e degradados para serem colocados no mercado habitacional. Porque defendemos que só temos preços acessíveis no arrendamento e na compra se a oferta for superior à procura, o que não acontece no nosso Concelho. Digo isto porque por muitas Portas 65 que existam - e a Porta 65 permite, aos jovens, reduções no arrendamento na ordem dos 50% - estamos sempre perante situações pontuais que não resolvem os problemas estruturalmente.

Penso que todos nós temos orgulho no nosso Concelho. Temos zonas balneares, mas aí não há grandes políticas para dinamizar a habitação. A intervenção aí é uma intervenção de gestão, com a exceção da tão famigerada Marina da Barra. Temos um Conselho muito próximo da capital do Distrito. Nós gostamos de ter muitos complexos, mas temos muitas pessoas que moram cá e trabalham em Aveiro. Temos é que aproveitar esta situação de forma positiva, aproveitarmos uma das maiores universidades do país que está a escassos minutos do nosso território. Temos uma mescla de mar, ria, floresta e campo que permite uma qualidade de vida invejável para muitos neste país. E temos um PDM, atual, que disponibiliza zonas para alargamento urbano, permitindo novas construções em muitas áreas do nosso Concelho.

Mas o que me traz aqui é este diagnóstico que retrata quem no nosso Concelho vive em condições indignas, apontando para os 146 agregados familiares que serão alvo de apoio ou, eventualmente, outros que se possam ainda identificar como tal.

Com a sua aprovação, esperamos que tudo corra com um grau de eficiência elevado, pois penso que todos aqui, nesta sala, temos interesse em que sejam atingidos os objetivos da mesma.

Por aquilo que tive oportunidade de discutir com alguém, vai ser um trabalho muito árduo, vai ser um trabalho que não será a 100%, com certeza, porque há muitas contingências, mas teremos muito gosto em que o mesmo tenha o maior sucesso possível.

Esperemos que em breve, dentro do que é legalmente possível, nos seja remetida, com o patrocínio deste Executivo, uma nova Estratégia Local de Habitação que possa ser mais alargada, que vá ao encontro das várias necessidades dos nossos Municípios e, também, de potenciais novos Municípios.

Concluindo, Sr. Presidente, aquilo que gostaríamos de dizer aqui é que ainda bem que temos esta Estratégia. Lanço o desafio ao nosso executivo para nos trazer uma Estratégia mais abrangente, não só exclusivamente e especificamente nesta área tão necessária. Muito obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (52:47")

«Boa noite, Sr. Presidente da Câmara. Boa noite, Srs. Vereadores. Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Secretários. Membros da Assembleia Municipal. E o mais importante, o público, que é o nosso povo.

Em termos de competência técnica, esta não é a minha área para falar sobre este assunto. Mas falarei sobre a questão social.

A habitação é um direito constitucional. Infelizmente, não é concretizável a 100%, se não, não estaríamos a falar sobre isto, mas também acho curioso que o Pedro Martins, que pertence ao partido que governa o nosso país, ainda para mais com uma maioria absoluta, esteja ansioso com a delegação de poderes até na área da habitação, porque, pelos vistos, só as câmaras municipais é que terão competência para regular o mercado. Já que o Governo demonstra essa incapacidade de estabelecer valores mínimos. Quando há o cálculo das despesas de um agregado familiar para recorrer a um crédito bancário, é igual, seja na Gafanha da Nazaré, seja no Lumiar, em Lisboa. Porquê? Provavelmente, o Governo tem é que começar a pensar que as despesas de um agregado familiar - isto são itens que estão no Banco de Portugal e no Banco Central Europeu - fossem indiferenciados também pela realidade das áreas regionais. Penso que concordará comigo que muitas pessoas recorrem ao crédito bancário para chegar à habitação a custos controlados porque, naturalmente, ninguém nega a dignidade de ter uma habitação própria permanente.

Acho curioso ouvir a crítica ao anterior Presidente da Câmara que lançou a debate este estudo. O estudo, o plano, foi elaborado pela "Lugar do Plano", uma empresa que foi a concurso e ganhou. Pelo meio tivemos a pandemia, depois o CENSOS que trouxe novos dados, mais fidedignos - e era importante termos os dados do CENSOS de 2021 - e como nós não fazemos as coisas a pensar só no amanhã, mas também no futuro, também gostamos de saber o chão que pisamos, para que possamos ter realidades concretas e, espero eu, porque olhando para a calendarização do que está no estudo, a partir do próximo semestre é que se começará a fazer um plano de atividades. Portanto, esta aprovação não é uma adaptação do Plano de Atividades, nem do próprio projeto. Isto é um estudo, é o que nós estamos a aprovar. E por isso é que existe esta unanimidade. Não é só por ser um direito constitucional, mas também é de consciência social. Agora, permita-me Pedro Martins, dar essa responsabilidade ao Presidente da Câmara acho ingrato. Ainda estamos em processo de delegação de competências, e parece que estão ansiosos para que isso se realize. Eu não estou assim tão ansiosa porque também não sei qual é o valor do cheque que vai chegar às Câmaras Municipais para resolver o problema do cidadão da sua Freguesia e do seu Concelho. Espero que no Sr. Presidente de Câmara e o Executivo tenham os fundos necessários para poderem melhorar este processo que vamos aprovar, mediante aquilo que será o cheque que o Governo, com maioria absoluta, decidirá atribuir a cada Município, adaptado à realidade da necessidade de cada Concelho e não por número de habitantes. Isto é como os deputados. Porque é que no interior do país só temos 40, e no litoral 175, se não estou em erro. Mas porquê? Há mais necessidades no litoral do que no interior? Não creio. Lá está a revisão constitucional é bem necessária fazer-se

neste país e pensar neste país com cabeça tronco e membros. E a habitação social é um bem essencial, constitucional. Naturalmente, tudo o que depender do PSD, será sempre para proteger e pensar. E nós queremos que quem venha a seguir faça melhor. E se o fizerem, eu cá estarei para bater palmas e para estar ao vosso lado. Obrigado.»

André Guimarães, PSD: (57':55")

«Boa noite a todos. Sobre esta questão da habitação, efetivamente, não há que dizer. É algo que todo o documento que possa contribuir para o conhecimento sobre esta realidade, que proponha caminhos para nós conseguirmos, realmente, implementar políticas e projetos estruturantes que levem ao incremento da dignidade da habitação no nosso Concelho, é algo que nós devemos todos contribuir. Tal como contribuimos noutras situações, também devemos contribuir para isto de uma forma homogénea e de uma forma participada. E aqui estendo também àquela dicotomia clássica entre Estado e Mercado, que se for para resolver esta questão não pode ser mais uma dicotomia, mas sim uma parceria. As instituições públicas têm que estar sempre a bater par e passo com a força privada e não há aqui outra solução.

Eu também não sou nenhum especialista na área da habitação, mas gostava de falar nisto porque é, de facto, uma situação que está a ficar, cada vez mais, difícil. E falo pela minha geração.

Este documento cinge-se muito a esse núcleo, da habitação indigna, e bem, nada contra isso. Mas acredito que os próximos passos, os novos projetos, podem ser mais ambiciosos, mais expansivos, e que trabalhem esta problemática de forma mais transversal, porque é isso que ela merece.

E se falamos em ambição, falamos também em acompanhamento. Porque uma situação de habitação indigna não surge sozinha. Uma pessoa que viva, vamos colocar assim, numa barraca, não está a viver numa barraca porque quer. Pode acontecer, mas aí temos diagnósticos para se ver que não. Há um conjunto de variáveis, social, económico, na área do emprego, e tudo isso, que tem que ser trabalhado de uma forma holística, que tem de ser trabalhado de uma forma abrangente e completa. O ciclo não se limita apenas e só em fazer uma candidatura ao "1.º Direito", alugar uma casa, comprar um terreno, reabilitar, seja o que for. Eu acredito que, realmente, nestas equipas que estão nesta estratégia vão poder trabalhar isso. Estaremos cá para fazer o papel fiscalizador que nos compete.

Uma fiscalização eu fiz sobre este documento e que, se me permitem, fi-lo numa lógica construtiva e numa lógica positiva. Eu estou aqui conhecedor dos contextos institucionais em que estamos, muitas vezes podemos transmitir mensagens erradas. Uma mensagem errada que pode ser transmitida é que este Plano resume-se apenas e só à cidade de Ílhavo, porque, de facto, aqui, na capa do documento, que foi feito pelo "Lugar no Plano", o brasão refere "Cidade de Ílhavo" e, na verdade, deveria dizer, ou ser usado, o brasão correto que diz "Município de Ílhavo". É assim que é usado, pelo menos desde 2017 que foi até onde consegui recuar.

Para que não haja erros e para que não haja uma ideia errada de que temos um Executivo que só pensa em Ílhavo, que não é o caso, bem sabemos, vamos então pedir à empresa que corrija a capa e vamos ter cuidado a este rigor que é necessário em temáticas tão importantes como esta que é a habitação. Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:03':02")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Só uma nota ao Sr. André. Se está só preocupado com isto é sinal que, lá dentro, está tudo muito bom. Vou passar à minha Vereadora.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:03:14")

«Eu espero não me esquecer de passar por todos os pontos que foram elencados. Em relação à estratégia não abranger todas as necessidades que poderiam ser incluídas no "1.º Direito". Os parceiros que foram convidados a participar neste diagnóstico não foram só as IPSS, foram também as Juntas de Freguesia, houve uma tentativa de receber além daquela que a rede social, rede de apoio social. Efetivamente existe, por vezes, muita necessidade que não está integrada nesta rede social. E, nesse sentido, nós tentámos procurar ir buscar esses agregados que estavam de fora do que era o apoio da rede social.

Referir que o "1.º Direito", esta estratégia foi construída, exclusivamente, para a resposta ao "1.º Direito" que é uma das políticas habitacionais. É uma das. Ou seja, construção a custos controlados, todas as outras que já foram referidas, não se enquadram nesta estratégia. Aquilo que puder ser feito no futuro, que é essa a nossa vontade - até porque já tem havido algumas reuniões, alguma aproximação, no sentido de se perceber qual é a visão do executivo a este nível - e este assunto está em cima da mesa. É, efetivamente, uma preocupação. Nós todos sabemos que existem empresas que pretendem aumentar a sua dimensão e não conseguem, não há habitação para oferecer aos seus trabalhadores que tenham que se deslocar para cá, para o nosso Concelho. Há uma falha grandíssima de tipologias T0 e T1. Nós temos conhecimento disso e vamos tentar elaborar estratégias que deem resposta e que correspondam a soluções. Esse é o principal objetivo.

Esta estratégia foi desenhada com o princípio de apresentação de soluções. Esse é o grande objetivo desta estratégia.

Não foi o documento construído na íntegra por esta empresa. Houve aqui um trabalho multidivisional, dentro da Câmara e que foi muito importante. Foi uma participação ativa do Ordenamento, das Obras Públicas, das Obras Particulares, houve essa integração por parte de todas as divisões com a área social. Isto foi importantíssimo para o desenvolvimento daquelas que são as soluções apresentadas neste documento.

Dizer ainda que este documento não é estático, é dinâmico, pode ser alterado, pode ser adaptado, mas é importante nós termos um ponto de partida.

A minha primeira reunião com a "Lugar no Plano" foi no dia 29 de outubro, recém-chegada à Câmara, foi uma das primeiras sessões de trabalho com esta empresa. Depois, desde aí, foi precisamente este trabalho, em rede, permanente, com todas as instituições que se envolveram neste levantamento. Eu sei que não é, exatamente, aquilo que todos nós pretendemos, independentemente dos nossos ideais políticos ou daquilo que são, do ponto de vista social, as nossas crenças, mas a verdade é que, neste momento, o documento que está em análise tem a solução para responder ao apoio do "1.º Direito".

Informar também que, com o "1.º Direito", existe a possibilidade de aceder a majoração através do PRR, o que é uma mais-valia. Neste momento nós aprovámos esta estratégia para permitir a estas famílias, em situações mais urgentes e que estejam em casa própria - porque ainda existem algumas para além daquele que é o património da Câmara Municipal - consigam, através desta medida, resolver os problemas que as suas habitações têm. Isto é muito positivo. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:08:37")

«Muito obrigado, Sr. Presidente e Sra. Vereadora. Abria as inscrições para a segunda ronda.»

Diana Gandarinho, PS: (01:09:12")

«Primeiro, em resposta ao comentário do Unir para Fazer, devo dizer que a terminologia 'indigno' faz parte do próprio "1.º Direito", daí ele ter sido usado nessas condições. Ela também faz parte das pessoas, mas sim, é uma questão de terminologia em torno das condições de habitação, de acessibilidade e da promoção da inclusão social e territorial. Em relação à resposta do Executivo, eu vou reforçar. O "1.º Direito" não prevê as problemáticas que foram detetadas. Nós sabemos, de antemão e tendo o diagnóstico, que o Concelho reúne potencial para ter habitação dignificada, pelo que está lá espelhado são 3.600 habitações que necessitam de reabilitação, 2.800 vagas e, como disse há pouco, 2.800 sobrelotadas.

Quanto aos jovens nós não podemos minimizar a importância de encontrarmos estratégias para a fixação dos mesmos.

Há intenção de regressar a este diagnóstico? Há intenção de trabalhar e integrar os problemas identificados? Não podemos perder a oportunidade disso. Obrigada.»

Pedro Martins, PS: (01:10:45")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Só dois ou três sublinhados.

A Estratégia Local de Habitação e o "1.º Direito" não têm nada a ver com a descentralização, como foi aqui dito. A descentralização não é para aqui chamada, digamos assim.

Os Municípios ou as Câmaras Municipais, se assim o entenderem e queiram intervir, serão um parceiro do Governo.

O Governo tem uma estratégia, há 1,250 milhões de euros no PRR destinados à habitação, e qual é, agora, o papel das Câmaras? É, no seu território, agirem como parceiros do Governo, como mediação entre as necessidades e os Fundos, e suprirem essas necessidades. Claro que tem que haver um diagnóstico, ir além das situações de carência extrema e intervir no mercado em ordem a suprir essa necessidade de habitação que existe, a custos suportáveis pelos nossos Municípios. Era isto que eu gostava de sublinhar aqui. Muito obrigado.»

Rui Rufino, UPF: (01:12:25")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa. O Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores.

O que venho aqui dizer é uma coisa muito rápida, até porque penso que em relação ao documento não tenho muito a acrescentar. O Sr. Presidente da Câmara já respondeu ao essencial. Acredito que houve uma leitura atenta do documento, uma análise profunda do documento, e, se só se encontrou falhas na capa, é sinal que, de facto, o documento está bem elaborado.

Queria só chamar a atenção para a página 57, onde está um mapa que engloba Ílhavo, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo. Se houve um lapso na capa, o conteúdo está correto

Já agora, queria só acrescentar que este documento é um documento inacabado. É um documento que foi feito para conseguir alcançar uma oportunidade, ou não perder uma oportunidade. Vais ser um ponto de partida para depois termos uma estratégia mais global.

Nós vamos avançar paulatinamente e vamos avançar para uma estratégia mais global. Nós somos o Unir Para Fazer e vamos fazê-lo de forma sustentada e com os pés no chão.»

Margarida Alves, PSD: (01:14:17")

«Novamente, Boa noite. Pedro Martins eu não falei em descentralização. Falei em delegação de competências, está no processo de descentralização. Isto que fique bem claro, porque dizer que é 'branco, ou mais sujo, ou que é bege' acaba por ser, se for daltónico, a mesma cor. Eu não sou daltónica e sei diferenciar as coisas.

A provocação é normal, nestas Assembleias, naturalmente. Eu não concordo com a provocação que o André Guimarães fez aqui porque eu acho que, na minha opinião, é redutor. É redutor... eu não olho só para a capa, tenho que olhar para o conteúdo. Foi uma piada, foi um 'fait divers', qualquer coisa. Da mesma forma que ouvi dizer que o ex Presidente da Câmara disse que "quem quer casa tem que...". Isto nem tem qualificação porque a pessoa em causa nem está aqui. Mas o que é certo é que em 24 anos fizemos obra e desenvolvimento na área habitacional e social, enquanto que o Partido Socialista, em quatro anos, fez zero. E nós, no primeiro mandato, em quatro anos pusemos a máquina a andar. Nós começámos a trabalhar com 600 mil contos, não foram 500 mil contos. Foram 600 mil, para ser mais precisa. E se calhar por termos tido essa velocidade é que as coisas andaram. Nós andamos há 6 anos à espera de velocidade e o carro ainda não arrancou. Agora temos a guerra, o PRR está comprometido e vêm falar no PRR. A Câmara Municipal não pode estar à espera do PRR. Existem Fundos, existem acessos a financiamentos. O Plano é um ponto de partida para aquilo que se pode fazer, que se pode melhorar, pode servir para se fazer o que for necessário, vai à reunião de Câmara, vem à Assembleia Municipal... naturalmente que sim. Há uma unanimidade porque isto tem a ver com dignidade. Porque se as pessoas vivem de forma indigna, se não têm acesso à água, se não têm acesso à luz, se não têm acesso a bens essenciais é indigno. É indigno, os critérios estão definidos. Nós estávamos aqui a ver que não deveria ser só habitação. Há aqui aquisição de terrenos, há aqui aquisição de imóveis. É um bom início. E ainda bem que, para já, só foram diagnosticados estes números. Espero que estes números não cresçam a curto prazo e que a própria Câmara Municipal tenha que alterar o Plano de tal forma pela ineficácia - basta olhar, por exemplo, para o preço dos combustíveis, o preço do petróleo, que em 2014 era igual ao que atingimos hoje, e o preço por litro é, agora, mais caro 49 cêntimos. De quem é a culpa? É dos Estado, é do Governo, é da taxa fiscal. Portanto, não vamos por aí. Porque se formos por aí, o Partido Socialista tem muito que dar contas ao Povo Português. E fico por aqui, no sentido de dizer que há aqui uma Portaria que saiu em fevereiro de 2021 e já estava este estudo. Entretanto, pode sair outra. Isto não é estanque. Parabéns por terem pegado nisto. Foi um projeto, é um projeto de continuidade, para ser aperfeiçoado. E cá estaremos para ver isto concretizado, melhorado e cá estaremos ao vosso lado a bater palmas. Não tenham dúvidas. Não é crítica nenhuma, e vocês não pediram namoro, nem eu estou a pedir namoro a vocês. Obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:18:29")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Para fechar a informação, vou dar a palavra à minha Vereadora Mariana Ramos.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:18:39")

«Eu acho que nós, hoje, já acabámos por falar do "1.º Direito", mas desta estratégia, que está aqui em análise, é importante referir que sem que ela seja aprovada todas as pessoas não se conseguirão candidatar, não conseguem ter acesso nem ao "1.º Direito", nem ao PRR através das suas medidas. Por isso, é muito importante que nós

entendamos este momento como sendo, importantíssimo para se avançar para as soluções apresentadas neste documento. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:21")

«Muito bem. Terminada esta segunda ronda, vamos proceder à aprovação deste Ponto 5.»

A Estratégia Local de Habitação, foi aprovada por **unanimidade**, com 24 votos a favor.

Ponto 6. Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:20:00")

«Passamos então ao Ponto 6, "Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social". Começava por dar a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:20:17")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Três ou quatro notas e depois darei, também, a palavra à minha Vereadora, Mariana Ramos.

Primeiro, dizer que este documento sempre veio a esta Assembleia, também como a área da saúde, da habitação social, através dos Decretos Regulamentares houve adiamentos do prazo de entrada em vigor, e prevê-se então que no dia 1 de abril a área da saúde passe para o domínio dos Municípios.

É uma situação que está a ser tratada. Aguardamos também que o Governo entre em funções, para que nós possamos aceitar, convenientemente, esse processo de descentralização na área da saúde e assinarmos os respetivos autos de transferência. A situação, para que os Membros da Assembleia também a conheçam, porque é importante, tem aqui um ponto que é importante.

Nós, na CIRA, decidimos que esta situação devia avançar. Não criámos um projeto global, e, portanto, cada um dos 11 Municípios tomarão, livremente, a sua posição, não na área da saúde, mas na área da Ação Social. E nós tomámos a decisão de ainda não aceitar este auto de transferência na Saúde, para fecharmos este assunto da saúde - estariam dos dois aqui associados - e tomámos a decisão, na área Social de falarmos e começarmos a tratar disto para que no dia 1 de outubro fosse o momento, desejamos nós, de começar a trabalhar aquilo que já tinha sido feito anteriormente: a previsão do que serão as transferências do Estado para a Câmara Municipal e a relação, depois, com as entidades que estão associadas a esta área da descentralização da Ação Social. Não me alongarei muito mais. O documento é extenso, requer algum trabalho, mas precisávamos de trazer isto à Assembleia Municipal.

Se houver, depois, esclarecimento necessários, nós cá estaremos para os fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:22':42")

«Pergunto quem deseja intervir?»

Margarida Alves, PSD: (01:23':20")

«Lá vão dizer que estamos em sintonia. Nós tínhamos razão. As coisas estão a ser feitas do pé para a mão e, naturalmente, o Partido Social democrata votará a favor da proposta porque são coisas muito sérias. Estamos a falar de pessoas, temos que ser sensíveis. Eu não tenho dúvidas que os Municípios vão fazer um belíssimo trabalho. Não vamos é, numa correria desatada, fazer as coisas. Não é possível. Estamos com um Governo de gestão, estamos em duodécimos, não sei quando é que o Governo toma posse, resultados das eleições, publicação, ministérios, etc., naturalmente que se tem que prorrogar. Não é só pela CIRA. Nós temos que pensar isto como deve ser. A propaganda acabou no dia 30 de janeiro quando os votos deram a maioria absoluta ao Partido Socialista. São os autarcas que, agora, têm que gerir este processo de delegação de competências ao abrigo do programa de descentralização que não se sabe quando é que acaba. Obrigada.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:24':35")

«Muito obrigado. Vou passar à minha Vereadora.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:24':40")

«Relativamente a este processo de transferência na área Social é algo que nos preocupa, tendo em conta a complexidade dos assuntos que vão ser tratados a nível do Município. É, por isso, muito importante organizar, em primeiro lugar, a equipa que irá acompanhar todo este processo. Nós só recebemos indicações, por parte da Segurança Social, há bem pouco tempo, relativamente ao avanço das Comissões de Acompanhamento. Entendemos, juntamente com a Divisão da Área Social, que esta data proposta seria uma data razoável para que todo o trabalho interno, de organização, do planeamento daquilo que será a ação prevista com esta delegação de competências. Que essa data seja uma data razoável, já para não dizer confortável, mas que seja razoável para todos os intervenientes.

Eu sei que há vontades contrárias, que há vontade de avançar com a delegação, mas, face à exigência deste processo, é mesmo importante todo este trabalho preparatório, que se faça uma análise muito exaustiva e toda a preparação da ação que é necessária. Assim, entendemos que este prazo é viável. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:26':45")

«Muito obrigado. Há alguma inscrição para uma segunda intervenção? Ninguém? Muito bem... vamos então proceder à votação do Ponto 6. da Ordem do Dia: "Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social".»

A prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social, foi aprovada por **maioria**, com 18 votos a favor, 6 votos contra e zero abstenções.

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta do Grupo Municipal do Chega de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do "Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27':53")

«Muito bem. Por último chegamos ao Ponto 7: "Apreciação e votação da proposta do Grupo Municipal do Chega de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do 'Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo'".

De acordo com o Regimento, o partido proponente teria 10 minutos para apresentar a Proposta de Recomendação. Ele não está presente, portanto, eu colocaria à vossa consideração podermos discutir, apreciar e votar.

A Mesa acha que como a proposta foi recebida, esta deve ser discutida e deve ser aprovada.

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer fazer alguma intervenção prévia? Então daria a palavra ao Sr. Presidente e depois abriria o período de inscrição para as intervenções dos Grupos Municipais.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:29':03")

«Muito obrigado. Só para fazer aqui uma observação à Assembleia.» (interrupção)

Da Assembleia Municipal

Pedro Martins, PS: (01:29':16") - Interpelação à Mesa

«Sr. Presidente da Mesa. Peço desculpa. Penso que há aqui uma questão que é importante, embora não vá alterar a decisão que já foi tomada pela Mesa. É saber se o Membro do CHEGA apresentou alguma justificação para a falta de hoje?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29':24")

«Não. Não há qualquer justificação, nem chegou aos nossos serviços qualquer justificação. Nem chegou até este momento, estava, precisamente, a ver o correio eletrónico da Mesa e não chegou qualquer comunicação.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:29':39")

«Muito bem. A única coisa que o Executivo tem a dizer sobre esta matéria é que nas reuniões de Câmara já aprovámos a revisão de alguns regulamentos. Portanto, vamos tratar considerando isto. Na altura em que este Regulamento estiver à consideração e houver a disponibilidade do CHEGA em participar, se todos entendermos em votação aceitar, aceitaremos, mas não nos parecem tão óbvias algumas das posições que o CHEGA toma como referência no documento.

Não estando aqui o CHEGA para defender essas posições, sentimos alguma dificuldade em formar alguma posição sobre isto. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Pedro Martins, PS: (01:30:57")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu só gostava, primeiro, de esclarecer - espero não ser criticado por isso - que não há delegação de competências; há transferência de competências, que é diferente. No âmbito da transferência de competências temos a descentralização. Não há delegação de competências entre o Governo e uma Câmara Municipal.

Pela falta que se verifica, hoje, do Membro do CHEGA que apresentou a proposta que está em apreciação e votação, eu pergunto se posso criticar o CHEGA pela proposta. Ele não está, o que é que eu vou fazer? E já agora, gostava de dizer outra coisa que a bancada do PSD não vai gostar. E atenção, eu, há pouco, referi-me ao ex Presidente Caçoilo e ele só cá não está porque não quis. O Engenheiro Caçoilo só cá não está porque não quis. Agora, é pelo facto de ele não estar que não vamos poder opinar, discutir, criticar algumas medidas, algumas circunstâncias? Não. O Presidente Fernando Caçoilo, ex presidente - há quem diga que os Presidentes uma vez Presidentes, Presidentes para sempre - não está porque não quer. Isto foi só uma chamada de atenção porque fui há pouco censurado, por assim dizer, por ter trazido à coação o nome do Engenheiro Caçoilo. Até tenho amizade por ele, não é essa a questão. A amizade não nos impede de dizer alguma coisa.

Sobre esta proposta. Eu também não tenho muito a dizer.

Vamos lá ver... eu acredito que haja boa fé, boa vontade, nesta proposta. Não é pelo facto de vir do partido 'A', 'B' ou 'C', não é essa a questão. Agora, vindo de quem vem fica sempre no ar aquela ideia de que cá temos uma discriminação negativa. Porque o que se pretende, com esta proposta, é, verdadeiramente discriminar cidadãos pelo seu território de origem. E isso está vedado pela Constituição. Mas nós nem precisamos de invocar aqui a Constituição da República Portuguesa. Não é necessário ir tão longe.

Há aqui, com esta proposta, uma discriminação de cidadãos. Até porque há outra coisa extraordinária nesta proposta. Há referências diretas ao Município de Aveiro, o que eu acho que é uma profunda deselegância estarmos a trazer argumentos justificativos de um vizinho de quem somos amigos - uns mais, outros menos, enfim... - mas trazer para aqui Aveiro? Trazer Vagos? Acho que não faz muito sentido.

Se isto fosse na CIRA, na Assembleia da CIRA, talvez até fizesse algum sentido, porque há matérias, na verdade, em que os Municípios têm que dialogar.

Cada Município sabe o que deve fazer em relação à construção de equipamentos, aos serviços que pretende prestar aos seus Municípios e a outros cidadãos. Mas se faria sentido discutir nestes termos, seria na CIRA, na Assembleia da CIRA ou no Conselho Executivo da CIRA.

Na verdade, e isso é uma discussão antiga, ainda há poucos anos todos os municípios, todas as capitais de distrito, toda a gente fez Centros Culturais, toda a gente fez Teatros, e eu pergunto se isso tinha um racional que pudesse ser defensável, porque isso gerou situações de excesso de oferta. São questões que deveriam ter sido discutidas pelos municípios.

Mesmo que seja possível a chamada discriminação positiva, ela tem que ser bem fundamentada. Nós sabemos que há situações de discriminação positiva, em variadíssimas áreas. Há uma discriminação positiva que pode fazer sentido, devidamente justificada, mas nesta matéria acho que não está. O que se pretende aqui alterar é, segundo percebi da leitura que fiz, beneficiar, privilegiar os cidadãos do nosso Município, mas até estamos a falar de fruir, de usar, de um equipamento em que se paga para isso.

As piscinas, que é o que está em causa, têm, no seu tempo de abertura ao público, as escolas, têm os clubes desportivos, etc. Portanto aí não há questão nenhuma, isso está

assegurado. As nossas escolas usam as piscinas, os clubes desportivos usam as piscinas e, no que toca à população em geral, quem quer usar a piscina, paga. Até nesta questão, é um serviço que é pago. Não se pode estar a discriminar o cidadão de Ílhavo, de Aveiro ou de Vagos. Se não, qualquer dia, na programação do Teatro Aveirense, em Aveiro, a Câmara Municipal diz 'bilhetes à venda, primeiro dia, só para os de Aveiro e só depois os de Ílhavo, os de Vagos e por aí fora'. Isto é caricaturar a situação, mas ser-nos-ia vedado o acesso a serviços que são prestados pelo nosso vizinho de Aveiro. Isso levar-nos-ia a um caminho que não faz sentido absolutamente nenhum. Se há falta de piscinas... nós temos a piscina de Ílhavo, a piscina da Gafanha da Nazaré, temos a piscina ao ar livre de Vale de Ílhavo, é um desafio para o Sr. Presidente da Câmara: faça mais uma piscina, porque, se calhar, faz falta e, assim, resolve-se o problema. Muito obrigado.»

Daniela Alegria, UPF: (01:38':15")

«Ora bem-vindos todos. Eu até tinha preparado um introito muito engraçado, mas dado o adiantado da hora.

Depois da análise cuidada ao documento apresentado, ficamos com um ligeiro sintoma de confusão em relação ao que nos é apresentado e quanto ao que é solicitado. Provavelmente o cansaço que já se vai fazendo sentir também não ajuda.

Infelizmente não está cá o eleito do CHEGA porque eu gostava de ver algumas questões respondidas. Mesmo assim...

Tem ou teve o CHEGA a faculdade de apresentar as suas propostas no período de consulta pública que o Executivo promoveu a este respeito? Desconheço se o terá feito ou se aguarda ver, primeiro, aprovada esta recomendação.

Quer, por esta via, o CHEGA incorrer todos os eleitos nas suas táticas de comunicação. Do que nos é dado compreender, pretendem condicionar, ou mesmo impedir, o acesso às piscinas do Município de Ílhavo a residente de fora do Concelho, com principal foco nos de Aveiro.

Já agora, sabe dizer quantos municípios de outros Concelhos utilizam as nossas piscinas nas condições que refere?

E já agora, também quantas pessoas do nosso Município se veem impedidos de fazer esta utilização?

Tem a noção de quantos ilhavenses utilizam equipamentos das autarquias vizinhas?

Seriam importantes estes dados para se perceber a dimensão do real problema.

Mas o que concluímos é que o que está aqui em questão é a categorização dos utilizadores com base na sua naturalidade ou residência. Em boa hora vos dou um exemplo, o meu exemplo. Eu sou nascida em Aveiro, criada em Ílhavo, pago impostos em Ílhavo, a minha filha foi educada na Gafanha, prosseguindo os estudos em Aveiro. Utilizo equipamentos em Ílhavo e em Aveiro, e nunca me senti discriminada em qualquer um dos municípios. Como fui sempre dignamente recebida no Município de Aveiro, infiro, como fazendo parte deste Município, que é meu dever e vontade receber todos os que vierem usufruir dos nossos equipamentos, eventos e atividades. Nós temos nós necessidade dos municípios dos concelhos vizinhos para equilibrar as receitas de algumas das atividades do nosso Município? Não precisam as nossas empresas de clientes fora do nosso Município? Por, provavelmente, existir um problema que precisa de uma melhor atenção, temos que colocar as relações de boa vizinhança e da liberdade de escolha das pessoas em causa? Se num determinado evento existir muita procura, convidamos os não residentes a saírem? É isso que pretendem com a recomendação ao Executivo?

Não contem connosco. Em resumo... o Movimento 'Unir Para Fazer' repudia veemente toda e qualquer categorização dos utilizadores dos seus equipamentos desportivos e de lazer com base na naturalidade e residência dos mesmos. Obrigada.»

Margarida Alves, PSD: (01:42:21")

«Caro Presidente da Assembleia. Já não é a primeira vez que o digo. Para mim eu é que digo Chega! Com todo o respeito democrático que eu tenho pelos partidos e movimentos que vão a votos, tenho sérias dificuldades em reconhecer aquela campanha - apesar do líder do PSD ter dito por três vezes, à Comunicação Social, que não formaria Governo com o CHEGA, mas o PS assim fez para atemorizar o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista para ganhar as eleições por maioria absoluta - acho que este documento nem sequer... naturalmente que o executivo terá recebido esta comunicação e terá validado, mas este documento fere aquilo que é a democracia, a equidade, a igualdade no acesso aos equipamentos. Qualquer dia temos o CHEGA de Aveiro a dizer que, nós, de Ílhavo não podemos ir ao Hospital de Aveiro, por exemplo. Isto tem classificação antidemocrática. Isto para mim é que é antidemocracia. E são estas coisas que me atemorizam. É existir e ser aprovado pelo Tribunal Constitucional um partido que tem a base que este partido tem, como outros, nomeadamente os originários do Bloco de Esquerda - porque nunca devemos esquecer quem eles foram. E é por aqui que eu voto veementemente contra este documento. E mais... se o Presidente da Câmara decidir nem sequer analisar este documento, eu acho que faz muito bem porque tem mais que fazer.

Existem regulamentos, isto está aprovado pela Assembleia Municipal. É ridicularizar o Órgão que é a Assembleia Municipal de Ílhavo, ainda para mais ridiculariza ignorando, com a sua presença, apresentando uma proposta a esta Assembleia.

Sr. Presidente, fez muito bem pôr a debate porque isto tem que ficar em ata. Existem Membros desta Assembleia que se indignam pela falta marcada injustificada de um documento que vem a debate na Assembleia Municipal.

Fez muito bem por isto a debate porque as pessoas têm que perceber, o público tem que perceber, a população tem que perceber que quando estão a depositar o voto neste partido para o que vão. Lamentavelmente, o distrito de Aveiro tem lá um deputado. Se calhar se as pessoas soubessem o que sabem hoje ele não estaria lá.

Com tantos crimes e com tantas coisas que aparecem na televisão, de autarcas e processos e não sei o quê, eu não sei... eles exigem justiça, mas afinal estão cheios de processos judiciais.

E permita-me só este desabafo, Sr. Presidente, porque acho que é importante ficar registado que se voltar à Assembleia Municipal um documento, apresentado pelo CHEGA, e se o CHEGA se faz representar por uma falta injustificada, eu, como cidadão e como membro desta Assembleia Municipal, pela dignidade das pessoas que votaram em cada um de nós. Manifestarei publicamente que isto não se faz. Isto não é uma brincadeira, é um assunto muito sério.

São estas pessoas que estão a denegrir e a danar a democracia, não somos nós que estamos aqui em debate.

Sr. Presidente, desculpe o desabafo. Obrigado por me ter dado este tempo, mas eu tinha que o dizer.»

Hugo Coelho, PSD: (01:42:49")

«Boa noite a todos. Quem apresentou a proposta não está cá, mas também pode ter acontecido alguma coisa. Nós temos que dar sempre o benefício da dúvida, mas, sem querer defender ninguém, alguma coisa pode ter acontecido. Pelo menos, é insólito. Penso que foi na reunião de Câmara do dia 17 que o Sr. Presidente colocou à aprovação os procedimentos para a revisão dos regulamentos do Município. É necessário esperar pelos contributos e depois analisar o documento. Eu sugeria que este documento fosse apresentado à Câmara Municipal como contributo. Não passa disto mesmo. Acho que é esse o caminho.

No entanto, eu discordo um bocadinho do hábito não está cá a pessoa, não podemos falar. Não é isso. Não estamos a falar da pessoa, estamos a analisar um documento que foi entregue. É sobre esse documento que falaremos, sobre os princípios que estão nesse documento.

São princípios nos quais nós não nos revemos. Não nos revemos em princípios separatistas. Não é esse o princípio que nós, até como cidadãos, queremos para o nosso Município. Já foi amplamente falado aqui, já foi dito, já foi explicado. Nós percebemos que vivemos numa região, num distrito, num país, sobretudo com dimensões pequenas. As infraestruturas têm que ser partilhadas, temos que viver em comunidade. É neste princípio que nós nos queremos reger. Todos nós temos um histórico de utilizarmos as infraestruturas, os clubes, as associações dos municípios vizinhos.

Houve um caso recente, e que deve ser sublinhado, que foi o caso da nossa escola de Vale de Ílhavo que passou por sérios problemas, correu, até, o risco de fechar, e num projeto apoiado, na altura, pela Câmara Municipal, que permitiu ir buscar alunos a Aveiro para a nossa Escola de Vale de Ílhavo, impedindo que a Escola fechasse. Nós queremos que isto continue a acontecer, nas escolas, nos clubes, nas piscinas. Assim como queremos continuar a ser utilizadores dos equipamentos e serviços dos outros municípios da nossa região.

Acho que o princípio que está neste documento não é um princípio que nos deva orgulhar, não é por aí que queremos caminhar. Temos que continuar a ser bons vizinhos, continuar a potenciar duas infraestruturas como temos, e captar pessoas de fora porque precisamos de ter um município atrativo. E isto é tudo aquilo que nós não queremos.

O PSD não votará a favor esta proposta, são princípios que não defendemos, e sugerimos ao CHEGA que apresente os seus contributos ao Executivo Camarário.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:52:05")

«Três ou quatro notas que eu acho que são importantes neste ponto.

Primeiro, no documento que vocês tiveram, não podemos ter um tratamento discriminatório para com qualquer cidadão que se apresente na entrada numa piscina de Ílhavo, quando prestamos o mesmo serviço para todos.

Depois, o Município já há algum tempo, já alguns anos, que tem promovido o projeto de iniciação à natação, para crianças dos 3 aos 5 anos, e esse projeto oferece todos os estabelecimentos de ensino e não só, porque também temos os estabelecimentos da rede privada que podem usufruir das nossas piscinas municipais.

Não vemos com grande futuro estas observações que o partido CHEGA apresentou. No entanto, já fizemos a nossa avaliação, já demos a nossa opinião. Na revisão do regulamento veremos isto.

Em relação ao que foi dito, realço o princípio da equidade e da não discriminação, na elaboração de qualquer documento desta natureza. É nesta base que nós vamos trabalhar, mas temos que receber esta documentação. Todos os elementos que estiveram aqui recordam-se que o Membro do CHEGA, na primeira Assembleia, referiu que a esposa tinha estado não sei quantas horas para o filho poder ir à piscina e que não tinha conseguido. Portanto, já era um assunto residente, que já estava na cabeça dele. É pena que ele não esteja hoje aqui, porque já na altura lhe expliquei que quando sairmos da pandemia teremos o sistema a funcionar na normalidade e com estas situações tratadas.

Uma nota importante também - penso que foi referido pela Daniela - é que nós podemos ter um cidadão de Aveiro que passe pela Junta e solicite um atestado de residência, porque está a viver com a mãe, tem um filho não sei onde, e usa o documento par se inscrever. Como é que lidamos com isto? Não dá. São aquelas consequências que nós temos, nuns serviços que têm que confiar nos documentos que nos são apresentados. De outra forma, qualquer dia as pessoas tinham que ir para a piscina com um maço de documentos para poder nadar. Muito obrigado a todos. Se puder depois dar uma nota final, agradeço. Se achar que ainda o posso fazer.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:55:12")

«Vamos então votar a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do "Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo".

A Proposta de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do "Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo", foi **rejeitada** por **unanimidade**, com 24 votos contra.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:55:52")

«O Sr. Presidente pediu a palavra. Faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:55:05")

«Eu gostaria de dar uma nota a todos, dentro daquilo que o nosso Presidente da Assembleia já referiu.

Eu acho que a vigília de ontem correu muito bem, parabenizar a Assembleia Municipal. Mas mais importante que isso é estarmos preparados para o que aí vem.

Dar-vos algumas indicações que eu acho que são importantes, para que todos os autarcas possam também trabalhar nesse sentido. Nós tivemos uma campanha que foi dinamizada, no Município, pelo Illiabum e pelo Lions Clube de Ílhavo, e que a Câmara, através da nossa área social, também deu apoio a partir desta segunda-feira.

A recolha de alimentos já resultou no preenchimento de um camião que uma empresa teve oportunidade de fretar e enviar para a Ucrânia, através de uma ligação na Polónia com a empresa Lotus, sendo que o presidente da Lotus é também o presidente da Cáritas na Polónia, o que nos dá a garantia que os produtos chegam ao destino certo.

Na terça-feira recebemos uma informação da Cruz Vermelha que não deveríamos receber alimentos mas sim, essencialmente, produtos de higiene, nomeadamente para as mulheres e crianças. Portanto, foi refeita a campanha. Neste momento o Illiabum tem muitas paletes de roupa mas não temos forma, para já, de a fazer chegar à Polónia por falta de transporte. Se alguém tiver alguma informação que possa ajudar sobre alguém que possa levar estes produtos até à Ucrânia ou para um destino certo, ótimo.

Também o Executivo desenvolveu alguma atividade com a Secretaria de Estado da Integração e das Emigrações, ontem, relativamente a cidadãos que querem vir para o nosso Município para serem recebidos pelas famílias, mas não estamos a conseguir retirá-los de Kiev. Não há nenhum país que esteja a fazer a extração de pessoas de dentro da Ucrânia.

No entanto, gostaria de vos informar, e se puderem passar esta mensagem, que há municípios que cederam autocarros para estarem na fronteira e recolherem as pessoas que quiserem vir para Portugal. Nós podemos ter aqui alguns problemas com novas pessoas. Também o Governo português reservou já um pacote de apoio para essas famílias que tem a situação de utente, o registo fiscal para que mal entrem no país tenham a sua situação minimamente regularizada. Se alguém precisar de alguma informação destas a nossa área social está disponível para ajudar.

Se tiverem mais alguma informação agradeço que a dirijam aos nossos serviços sociais que estão a acompanhar, não só os residentes do Município, mas também todos os que solidariamente decidiram ajudar quem está na Ucrânia, para além das dificuldades de quem está no nosso Município, tal como já ouvimos aqui, hoje, em relação ao diagnóstico, como por exemplo as 77 famílias que a Cáritas apoia, mensalmente, na Gafanha da Nazaré.

Deixava só esta nota. Vamos continuar com este trabalho e se houver alguma necessidade de contacto por parte dos Srs. Autarcas, peço que o façam diretamente com a nossa Vereadora ou com os nossos serviços sociais. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:59:52")

«Antes de encerrarmos a Sessão, pedia ao nosso Secretário que leia a Ata em Minuta para que esta sirva de suporte legal e de prova factual para a elaboração do Edital com as Deliberações.»

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (02:00:10")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02:56")

«Permitam-me antes de encerrarmos os nossos trabalhos que vos transmite uma posição e opção da Mesa da Assembleia, para vosso conhecimento e especial atenção. Existe, nos dias de hoje, alguma falta de clarificação e estudo sobre os diversos órgãos do Poder Local, seja pelo facto de que do nosso sistema de Educação e conteúdos lecionados, deixarem este tema para plano secundário, ou mesmo terciário, seja pelos órgãos de comunicação social, que os menosprezam na perspetiva de darem mais importância a um e menos importância a outro, misturando dessa forma o que é poder executivo e poder deliberativo.

A Assembleia Municipal é a entidade fiscalizadora dos atos e deliberações da Câmara Municipal, que é constituída pelo seu Presidente e vereadores.

Este órgão é composto por membros eleitos por sufrágio popular direto e, por inerência, pelos presidentes das Juntas de Freguesia. Detém poderes regulamentares, tributários, de alienação ou oneração de bens a partir de determinado valor, na aprovação de instrumentos de gestão territorial, da educação, na aprovação do orçamento e da prestação de contas.

A Assembleia Municipal tem competência também, para tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas, sobre assuntos de interesse para o Município, e pode ainda pronunciar-se e deliberar sobre os assuntos que visem a prossecução das esferas do Município.

Os deputados municipais que compõem as Assembleias Municipais, devem participar de forma ativa em matérias do interesse público, através das suas iniciativas, no âmbito das atribuições municipais.

Os canais de informação, e a consequente independência comunicacional são preponderantes e essenciais para a autodeterminação deste órgão deliberativo.

No nosso distrito, o Município de Arouca, ou mesmo grandes municípios a nível nacional como Leiria, Gaia, Faro ou mesmo Lisboa, têm já canais próprios de comunicação, sem esquecer, e a título de exemplo, no Algarve, Lagoa, Aljezur, Albufeira, Lagos, ou espalhado pelo restante território nacional continental e ilhas, como a Praia da Vitoria, Tarouca, Cabeceiras de Basto, Loures e Almada, Covilhã, Abrantes ou Angra do Heroísmo, entre muitos outros.

Assim e neste sentido, e com o objetivo de mais próximo esta Assembleia chegar aos seus cidadãos e munícipes, vem a Mesa da Assembleia Municipal dar nota, não carecendo nem de apreciação nem votação, dar conhecimento da sua vontade e iniciativa de, que a partir deste momento, criará meios de comunicação próprios, digitais ou outros, sempre com o objetivo último de criar condições para levar a sua mensagem mais além, de forma clara e independente, sem colocar de parte, o facto das respetivas sessões poderem ser transmitidas através destas novas valências, de acordo com o Artigo 60.º, na sua redação do ponto 2, "As reuniões ou Sessões Ordinárias ou Extraordinárias deverão ser transmitidas em áudio e vídeo, em direto e on-line, através da internet, no site do Município e ou noutras plataformas digitais, nos perfis ou páginas do Município nas redes sociais."

Relembramos o compromisso estabelecido pelo Executivo Municipal para com esta Mesa e Assembleia de, a contar de dia 26 de novembro de 2021, e num prazo máximo de 6 meses, disponibilizar a transmissão online das respetivas sessões e reuniões.

Assim, a Mesa da Assembleia certa de que os nossos concidadãos nos merecem uma postura de independência que é sinónimo de autonomia, liberdade, soberania, isenção, equidade e imparcialidade, mas conscientes das dificuldades e da ausência de recursos próprios, suficientes para uma ação de fiscalização importante sobre o executivo e sobre a Câmara Municipal, lutaremos e defenderemos uma verdadeira democracia e cidadania ativa.

Vemo-nos, se nada houver em contrário, em abril, seja para a Sessão Ordinária de Aprovação do Relatório e das Contas, seja para o Feriado Municipal.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 23:15 horas do dia 4 de março de 2022.

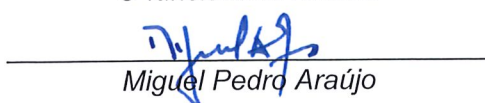
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator



Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal de Ílhavo realizada no dia 04 de março de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão foi repartida por 2 reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 2.ª Reunião (04 de março de 2022).

Sessão Ordinária de Fevereiro de 25 de fevereiro de 2022

2.ª reunião

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	PSD (30 dias)		X
João Pedro Ribau Casqueira	UPF		
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho	PS		X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS		X
Daniela Ribeiro Alegria	UPF		X
Sérgio Louro	CHEGA	X	
António Pedro Oliveira Martins	PS		X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota	UPF		X
André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		X
António José Flor Agostinho	PSD		X
Luis Pedro Vilarinho Leitão da Figueiredo	PS		
Pedro Miguel Cristo Graça	UPF		X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário	PSD		X
Modesto Manuel dos Santos	PS (365 dias)		X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões	UPF		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	PSD		X
José Manuel Figueiredo Pinto Reis	UPF		
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares	PSD		X
Pedro José Catarino Senos Tróia	PS		X
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos	PSD		X
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X

SUBSTITUIÇÕES			
Mariana Alvelos Silva (substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo)	PS	X	
Mariana da Silva Lopes (substitui João Pedro Ribau Casqueira)	UPF	X	
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui José Manuel Figueiredo Pinto Reis)	UPF	X	

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 de janeiro de 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (30 dias a partir de 22 de fevereiro de 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

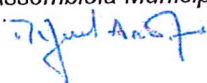
Ílhavo, 04 de março de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Unidade de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA 2.^a REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, para apreciação e votação dos restantes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 3. Apreciação e votação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.^a Revisão ao Orçamento e GOP de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021;

Este ponto mereceu a seguinte votação:

18 Votos a favor, 6 Abstenções, e 0 Votos contra.

Aprovado por Unanidade.

Ponto 4. Apreciação e votação da Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) – 17/CP/B/2022;

Este ponto mereceu a seguinte votação:

24 Votos a favor, 0 Abstenções, e 0 Votos contra.

Aprovado por Unanimidade.

Ponto 5. Apreciação e votação do plano de Estratégia Local de Habitação;

Este ponto mereceu a seguinte votação:

24 Votos a favor, 0 Abstenções, e 0 Votos contra.

Aprovado por Unanimidade.

Ponto 6. Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social;

Este ponto mereceu a seguinte votação:

18 Votos a favor, 0 Abstenções, e 6 Votos contra.

Aprovado por Unanidade.

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta do Grupo Municipal do Chega de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do “Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ilhavo”.

Este ponto mereceu a seguinte votação:

0 Votos a favor, 0 Abstenções, e 24 Votos contra.

A Recomendação foi Rejeitada.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata respeitante a esta segunda reunião da Sessão, sendo a mesma aprovada por:

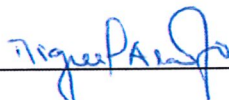
UNANIMIDADE

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário relator



Miguel Pedro Araújo

